



“Um Edito” imperial e três versões de reconstruir a Yehud Persa

“An imperial Edict” and three versions to rebuild

Persian Yehud

ANTONIO CARLOS FRIZZO^a

Resumo

A utilização das novas tecnologias – biomedicina, estratigrafia, geologia, fotografia, química – aplicadas à arqueologia acenam resultados precisos no quadro da cronologia da Palestina. Em nossa condição de recém-chegados no diálogo entre arqueologia e bíblia, bem sabemos o quanto devemos caminhar. O artigo busca compreender o entusiasmo da comunidade exilada em seu projeto de volta a Sião, considerando o “edito de Ciro”, exposto em três narrativas bíblicas na pauperizada e insignificante — aos olhos dos reis aquemênidas — Jerusalém.

Palavras-chave: Edito de Ciro. Golah. Yehud Persa. Esdras. Neemias.

Abstract

The use of new technologies - biomedicine, stratigraphy, geology, photography, chemistry - applied to archeology shows precise results in the Palestine chronology. In our position as newcomers on the dialogue between archeology and bible, we know how much there is still to be done. This paper tries to understand the enthusiasm of the exiled community in their project of returning to Zion, considering the “Edict of Cyrus”, exposed in three biblical narratives in the impoverished and unimportant - as seen by the achaemenid kings - Jerusalem.

Keywords: Edict of Cyrus. Golah. Persian Yehud. Ezra. Nehemiah.

^a Instituto São Paulo de Estudos Superiores, São Paulo, SP, Brasil. Doutor em Teologia Bíblica, e-mail: acfrizzo@uol.com.br

Introdução

"Às vezes – no cenário das pesquisas arqueológicas e bíblicas – me comparo a um sapinho submerso no interior de um lago com águas límpidas e calmas. De repente – quando todos percebem e aceitam a calmaria, imaginam que nada de novo acontecerá no interior daquelas águas – o mais simples dos anfíbios, em um rápido e curto movimento, se move e toca parte do lodo existente no fundo. Ao seu ligeiro e natural movimento, as cristalinas águas se tornam turvas, mescladas e dão claro sinais de que há vida no interior daquela límpida lagoa".

A metáfora ultrapassou um simples recurso de retórica. Foi o modo pelo qual o professor Israel Finkelstein encontrou para autodefinir seus estudos e trabalhos no universo da arqueologia e análises dos textos bíblicos, quando, na ocasião, expôs os temas centrais de seu mais recente livro *Hasmonean Realities behind Ezra, Nehemiah, and Chronicles*¹, em uma sessão de estudos arqueológicos, coordenada pelo grupo de pesquisa de arqueologia e bíblia da Universidade Metodista, São Paulo, 10 a 14 de dezembro de 2018.

Ao se debruçar sobre os livros de Esdras, Neemias e Crônicas, Finkelstein acena para um novo período de datação desse conjunto de narrativas bíblicas, até então definido como sendo da época pós-exílico, exatamente no período persa, para um período mais tardio. Sua inquietação considera os resultados das últimas pesquisas arqueológicas realizadas em diferentes sítios ao redor da cidade de Jerusalém². Indaga Finkelstein: como imaginar uma produção literária tão profícua na paupérrima e desestruturada cidade de Jerusalém, no período Persa? "As descobertas indicam que o assentamento — na cidade de Jerusalém — foi pequeno e pobre. Abrangia uma área com cerca de 2 a 2,5 hectares e fora habitada por cerca de quatrocentas a quinhentas pessoas. A

¹ O livro é resultado de sete artigos publicados entre os anos de 2008 a 2015 e reuni diferentes temas relacionados aos livros de Esdras, Neemias e Crônicas. Finkelstein, Israel. *Hasmonean Realities behind Ezra, Nehemiah, and Chronicles* – Archaeological and historical Perspectives, SBL-PRESS, Atlanta, 2018.

² Os sítios escavados foram: Jerusalém, Gabaon, Betel, Adida, Jericó e Lida. Entre os sítios pesquisados, são citados: Belém, Anatot, Azmot, Cariat-Iarim, Cafira, Berot, Ramá, Gaba, Macmas, Ai e Ono. O resultado, considerando a descrição do grupo dos que retornam de Babel ávidos para restaurarem as portas e muros de Jerusalém, conforme exposição na narrativa de Ne 3, são insustentáveis diante de poucos materiais encontrados capazes de certificar assentamentos significativos no período Persa. *Ibidem*, p. 30-46.

arqueologia de Jerusalém não mostrou evidências por construção no período Persa ou renovação de ruínas na época do Ferro II de algum muro da cidade³.

Com base em novos recursos científicos e tecnológicos, notamos que há uma nova arqueologia⁴ que impõe um diálogo, de modo natural, com o universo da literatura bíblica. Buscamos construir uma narrativa da história de Israel e uma hermenêutica bíblica mais próxima dos fatos históricos, com base em dados cada vez mais precisos, sem dar continuidade ao anacronismo que se impunha naturalmente nas interpretações das narrativas.

Ao ler a densa lista das famílias oriundas da Babilônia empenhadas na reforma das portas da cidade de Jerusalém (cf. Ne 3,1-32) é impensável imaginar que todo esse trabalho envolvendo operários na esfera da arquitetura, projetistas, entalhadores, pedreiros, artesãos, joalheiros e o elevado número de animais para o transporte de pedras, pesando dezenas de toneladas, tenha sido efetuado por centenas de pessoas, na época em que Neemias governou, com mãos de ferro, a província.

A prova está no pouco material encontrado — cerâmicas, artefatos, ossos, moedas e construções — capaz de acenar a existência de condições físicas para reerguer e garantir as mínimas condições de segurança em Jerusalém, no período das governanças de Neemias e Esdras. Nota-se pouca presença persa nas dezessete localidades pesquisadas. Eis o motivo de propor que a saga de Neemias, iniciada após sua partida da Babilônia, onde era copeiro do rei — diga-se de passagem, uma função de destaque, bem como toda sua liderança exercida como governador na Yehud persa, pode acenar para o período asmoneus, a redação final dessas narrativas históricas. Época de grande movimentação social e política.

Neste artigo, a perspectiva de diálogo entre arqueologia e narrativa bíblica persiste. Nossa atenção paira sobre a Yehud no período Persa (536 a

³ *Ibidem*, 29.

⁴ A partir de 2014, iniciamos um contato mais assíduo com o universo da pesquisa arqueológica. Constantes visitas, em diferentes sítios arqueológicos em Israel, proporcionaram uma aproximação mais efetiva com o universo científico de pesquisadores como Christoph Uehlinger, Oded Lipschits, Norma Frankilin, Thomas Römer entre outros. No ano de 2018, participamos da XVIII secção de escavação em Meguido, sob a orientação do professor Israel Finkelstein e, em parceria com a universidade de Chicago e de Tel-Aviv. Percebe-se, ainda que na condição de aprendiz, que a implementação de novas tecnologias, na esfera da medicina, da química, da fotográfica e da engenharia proporcionam dados, cada vez mais precisos, exatos no universo da pesquisa arqueológica.

333 a.C.). Após registrar a queda do poderio babilônico — primeira parte do trabalho — nossa atenção se firma na descrição da província de Yehud, com base nas três diferentes narrativas pelos editores bíblicos no pós-exílio, sobre o discutível edito de Ciro, registrado nos textos de Esd 1,1-4, Esd 6,3-5 e 2Cr 36,22-23.

A queda do poderio babilônico

O Império Persa começa a ser edificado pelo rei aquemênida Ciro II que sobe ao trono no ano de 550 a.C., em substituição a seu pai Cambises I. Num espaço de menos duas décadas ocorre uma brutal e significativa mudança política sem precedente na esfera política na região. O primeiro ato de Ciro foi romper os trinta anos de relativa paz na região acordada entre Monarcas Medos, Babilônicos, Lídios e Egípcios. Os significativos anos de paz são quebrados quando as tropas persas partem em batalha contra o rei dos medos Astíages, em 549, que na condição de vencido amargara uma vexatória condição de prisioneiro e os antigos Territórios Medos passam a ter um novo mandatário. Uma vez vencida e conquistada a capital Ecbátana — hoje conhecida como Hamadã, Irã — os Medos testemunham os primeiros passos da política expansionista de Ciro. Sem nenhuma alternativa ou forças para qualquer oposição, os vizinhos Reinados reconhecerão Ciro como o novo mandatário na região.

A acachapante vitória sobre os Medos, obriga os reis da Babilônia, Egito e Lídia a formarem uma frustrante aliança política no desejo de barrar os projetos expansionistas de Ciro. Mas no ano de 547, as tropas de Ciro marcham em direção à região da Lídia, considerado ponto estratégico por seu pujante comércio e pela rica produção de pepitas de âmbar. Seu último rei Creso, foi derrotado pelos exércitos persas e viu seu reino ser anexado aos projetos expansionistas de Ciro. Mais tarde, Lídia será designada uma satrapia, tendo Sardes como sua capital. O projeto de expansão adquirirá novos contornos nos anos seguintes, antes da morte de Ciro, em 530. Lentamente os mais diferentes povos, como a Cilícia, devido a sua proximidade territorial, irão perceber que o “rei dos reis” tem origem no povo persa (LIVERANI, 2016, p. 747).

Em meados do ano 536 a.C., numa terceira fase de suas conquistas, as forças persas travam um decisivo combate na região da cidade de Opis, próximo ao rio Tigre⁵. Num combate desigual sob o comando de Gobrias, os babilônicos são derrotados. Poucos dias depois, o rei Ciro entra na capital Babel e se impõem legitimando o novo imperador. Os velhos domínios babilônicos passam a pertencer a Ciro, rei absoluto dos antigos territórios babilônicos. Há uma conseqüente mudança no cenário político, econômico e religioso na região. A *Crônica de Nabonides*, datada do ano 539 a.C., assim descreve a tomada da cidade de Babel, pelo novo monarca⁶:

No mês de tashritu, - 27 de setembro a 26 de outubro de 539 - quando Kurash (Ciro) combateu contra as tropas de Akkad em Upû (Opis), as gentes de Akkad se retiraram (?); saqueou (a cidade) e matou a sua população. No décimo quarto dia - 10 de outubro -, Sippar foi tomada sem combate. (Nabonides) fugiu. No décimo sexto dia, Ugbaru, governador do país de Gutium e as tropas de Kurash entraram em Babilônia sem combate. Mais tarde Nabûna'îd (Nabonides), quando regressou, foi preso em Babilônia. Até o final do mês, os escudos (entende-se os soldados com escudos) dos Gutium rodearam as portas do (templo) Esagil; não houve nenhuma interrupção no (culto de) Esagil e dos (outros) templos, e não passou nenhuma data (sem seus ritos). O mês de arahšammu, no terceiro dia - 29 de outubro -, Kurash entra na Babilônia [...] ficou estabelecida a paz para Babilônia. Kurash anunciou a paz para toda Babilônia. Gubaru, seu governador, estabeleceu administradores na Babilônia. Desde o mês de kislimu - 25 de novembro a 23 de dezembro de 539 - ao mês de addar - 22 de fevereiro a 23 de março de 538 - voltaram aos seus santuários os deuses do país de Akkad, que Nabûna'îd desceu na Babilônia.

As conquistas territoriais seguirão após a morte de Ciro, ocorrida durante ações militares contra grupos de nômades, nas proximidades do rio Jaxartes. O filho e herdeiro Cambises II (529-522) sobe ao trono e dá prosseguimento à mesma estratégia de guerrear e anexar terras. Em 525 são anexados o Egito e Chipre. Após sua morte, Dario I (522-486), embora pertencente a um ramo secundário dos aquemênidas, ocupa o trono e segue o projeto de dominação traçados por seus antecessores Ciro e Cambises, agora anexando pequenos reinos ao império. Seu fracasso maior viria com a derrota de seu exército pelas forças lideradas por Melciades em Maratona. De Ciro II a Dario I, em um curto período de pouco mais de seis décadas, o mundo assiste os resultados de uma série de planos políticos marcados pela estratégia de

⁵ Cf. BRIGHT, p. 488.

⁶ Cf. Jacques BRIEND, *Israel y Judá*, p. 89.

conquista, de submissão administrativa — taxaço de tributos — e de anexação territorial. Até o ano de 333, quando da batalha de Issos contra as forças de Alexandre o Grande, o domínio dos persas será absoluto.

Dario organiza o império aprimorando o regime administrativo de satrapia. Por esse regime, o sátrapa era o governador absoluto de uma determinada região. O sátrapa — que em iraniano significava “o protetor de domínio” — normalmente pertencia à família do rei e representava a sua autoridade. Fala-se em 20 o número de satrapias durante o império Persa. As satrapias eram divididas em número menor, chamadas de “províncias” (LIVERANI, 2016, p. 751). O modelo administrativo adotado numa satrapia era idêntico ao regime posto em prática em Susa, capital do império. Difícil datar quando Judá teria sido erigida à categoria de província, os nomes são repetidos e variados. Possivelmente, quando da metade do século V a.C., Judá passou a ser identificada como província, legitimando a separação do reino do Norte, Samaria⁷.

Dario percebe a necessidade de uma maior coesão entre as províncias. Reconhece e ousa unificar estrategicamente o império herdado iniciando a construção de estradas e entrepostos. Suas incursões pelas regiões da Ásia Central, Índia, ao leste do Mar Cáspio e parte da atual Europa impõem um processo de comunicação rápido e eficiente. Eis o motivo de criar uma estrada real unindo a capital Susa a Sardes. Em uma rota real de 2685 quilômetros de estrada, foi instalado, a cada 24 quilômetros, um entreposto do correio e guarnições militares.

O aprimoramento administrativo exige dos povos dominados total fidelidade à casa real. Dario não apenas impõe um fim nas deportações forçadas — política tão vivenciada nos tempos dos reinados assírios e babilônicos — como uma total uniformidade administrativa, uma centralização no sistema jurídico e aprimorado sistema de cobrança de impostos.

⁷ Cf. KESSLER, p. 171.

Figura 1 - Mapa com as províncias (satrapias) do antigo Império Aquemênida



Fonte: Mapa esquemático do império persa no tempo de Dario I. Cf. LIVERANI, p. 755.

Com a inauguração do sistema de cunhagem de moedas, somado ao aperfeiçoamento do sistema de correio, construções de estradas e o uso da língua oficial (aramaico) adotados, contribuíram, em muito, na coesão do império estimado em 50 milhões de pessoas. Para Liverani, com base nas informações do historiador Heródoto, a seguinte divisão, justifica-se seguindo a tabela de impostos nas diferentes satrapias. Judá faz parte da V satrapia, após Dario I e foi entregue aos cuidados do sátrapa Abar Nahara. Havia um valor estipulado em talentos de prata e a tal quantia — considerando a prosperidade da região — somava-se certo número de cavalos, cereais, ouro em pó e em outras o acréscimo de jovens eunucos⁸.

Yehud, uma pequena província no vasto império

Será sob as ordens de Dario I (522-486), que os povos dominados pelo antigo império babilônico receberão permissão de regressarem às suas terras

⁸ Cf. LIVERANI, p. 754.

originais⁹. Regressam grupos de exilados oriundos do destruído reino de Judá, em 587, e sua capital Jerusalém, formados por religiosos, levitas, cantores, antigos administradores atrelados a corte do último rei de Judá, Sedecias (597-587), de onde foram obrigados a partir diante da destruição da cidade de Jerusalém, sob as forças das tropas babilônicas.

A literatura bíblica será marcada pelo reacender da esperança. Há novas luzes e ideais aos grupos exilados. Para alguns discípulos da escola do profeta Isaías, defensores de uma política monarquista de cunho tradicional, na pessoa do novo imperador, confunde-se a imagem do messias esperado (Is 45,1-7)¹⁰. Entre os povos exilados na ex-capital Babel se encontra um conglomerado de judeus (2Rs 24,13,17). Condescendências às divindades estrangeiras, imposições de taxas reguladoras de impostos, incentivo na reconstrução dos templos e espaços de peregrinações, somados à proibição de reorganizar, os exércitos passam a predominar nas novas estratégias desse novo império que dominará toda a região por dois séculos.

O retorno dos exilados não se compreende fora do contexto político e dos ideais expansionistas, dos interesses de dominar e fortalecer o Império Persa¹¹. A corte real aquemênida teve como principal meta a ampliação dos seus territórios, o controle absoluto das rotas comerciais e conseqüentemente o crescente e próspero poderio econômico. E, para concretizar seus projetos, ter como apoio os antigos povos subjugados não deixou de ser uma, entre tantas estratégias colocadas em marcha. Nesta perspectiva, o tão célebre “edito de Ciro”, três vezes citados na literatura pós-exílica (Esd 1,1-4; 6,3-5 e 2 Cr 36,22-23) que muitas vezes lemos como ato de benevolência dos persas para com os povos aprisionados, não passou de uma estratégica diplomática dos

⁹ A ascensão do rei Ciro, ocorrida nos meados de 550 a.C., implementa um processo de conquistas e anexação territorial imposta às nações vencidas. Eis uma tática nova de dominação surgida no cenário político da época. No tocante aos judeus e outros povos residentes em terras babilônicas, as atitudes de benevolências de retorno à terra natal se dará no governo de Dario I, como marca de mais uma estratégia adotada no desejo que controlar insurreições anárquicas que possam atrapalhar o controle e expansão do império. A cultura persa adotou diferentes costumes e conceitos dos povos dominados. Dos elamitas, os primeiros a serem subjugados, passando pelos medos, assírios, babilônicos até chegar aos egípcios acenam controle e descontrole favoráveis ao domínio persa.

¹⁰ Cf. Albertz, 1999, p. 548.

¹¹ Oportuno ver os fortes argumentos expostos por Rossi (2020) ao verificar o grau de violência sistêmica imposta pelos sucessivos reis aquemênidas. Não houve nenhuma benevolência pelos novos donos da região, após sucederem os reis caldeus.

novos mandatários. Tal estratégia de proporcionar uma liberdade controlada e uma economia atrelada ao crescimento e sustentação do império trará um benefício colossal¹².

Setores dos grupos deportados à Babilônia, por consequência das guerras chefiadas por Nabucodonosor, nos anos de 597 a 587 — o profeta Jeremias acena uma terceira leva de deportados, ocorrida em 585 (Jr 52,30) — optaram por permanecerem nas terras do antigo império. Não é impossível imaginar que o projeto de volta a Sião não tenha sido acolhido com total entusiasmo por parte das famílias exiladas. Deixar as suntuosidades das cidades babilônicas em troca de um projeto de reconstrução de uma cidade em total ruína, como foi a realidade narrada pelo emissário Hanani a Neemias (Ne 1,2-4), não deve ter sido um atrativo, muito menos uniforme, consensual. A afirmativa não é difícil de ser respaldada quando incluímos os informes arqueológicos da província de Yehud sob os planos expansionistas dos mandatários persas.

Os que permanecem são influentes famílias¹³ que obtiveram sucesso e prestígio comercial.

Mas os locais dos primeiros assentamentos e o papel social dos judeus deportados — depois libertados por Ciro — não são identificáveis historicamente. Somente no arquivo da "firma" *Murašû* podem ser constatados vestígios de contemporâneos judeus... Assim se mostra a presença de um estrato populacional semita ocidental que aparentemente podia participar totalmente da vida econômica da província babilônica/persa na segunda metade do século VI e durante o século V a.C. (GERSTENBERGER, 2014, p. 133).

A adesão aos projetos imperialistas, ao qual se agregam os povos das províncias de Yehud = Judá e da Samaria, pode ser compreendido nas ordens

¹² A ideologia imperialista tem como princípio apresentar Ciro como "rei da totalidade, o rei grande, forte, rei da Babilônia, da Suméria e da Acádia, rei das quatro partes do mundo". Não é difícil de imaginar que diante de tão grande magnificência, parte dos autores das profecias de Isaías será levada a declarar o novo monarca com o atributo divino de ungido de Iahweh (Is 44,28-45,1-7). Cf. LIVERANI, 756, 2016).

¹³ Uma considerável academia de sábios instaladas nas regiões de Pumbedita, Nehardea e Sura, (V a VII d.C) será a responsável por boa parte do Talmud. Pumbedita, cidade localizada nas margens do rio Eufrates, noroeste de Nehardea, foi considerada sede da mais importante comunidade judaíta exilada na Babilônia. Foi chamada de גולה— golah — "diáspora", na época da edificação do II Templo. Depois da destruição na cidade de Neherdea, suas lideranças religiosas se instalaram em Pumbedita e lá formaram o que mais tarde seria chamada de "joia babilônica" Cf. STEINSALTZ (1989).

atribuídas ao poderoso imperador Ciro, um edito¹⁴, referendado em três diferentes narrativas pelos editores bíblicos no pós-exílio. Vejamos:

Quadro 1 - Quadro sinóptico sobre o edito de Ciro

Esd 1,1-4	Esd 6,3-5	2Cr 36,22-23
<p>primeiro ano do reinado de Ciro, rei da Pérsia, Javé, cumprindo o que tinha dito pelo profeta Jeremias, despertou a consciência de Ciro, rei da Pérsia, que proclamou por todo império, a viva voz e por escrito, o seguinte: "Ciro, rei da Pérsia, decreta: Javé, o Deus do céu, entregou-me todos os reinos do mundo. Ele me encarregou de construir para ele um Templo em Jerusalém, na terra de Judá. Quem de vocês provém do povo dele? Que o seu Deus esteja com ele. Volte para Jerusalém, na terra de Judá, para reconstruir o Templo de Javé, o Deus de Israel. Ele é o Deus que reside em Jerusalém. Todos os sobreviventes, de todo o lugar para onde tiverem imigrado, receberão da população local prata e ouro, bens e animais, além de ofertas espontâneas para o Templo de Deus que está em Jerusalém".</p>	<p>Memorando. No primeiro ano do seu governo, o rei Ciro promulgou o seguinte decreto: Templo de Deus em Jerusalém. O Templo deverá ser reconstruído para ser um lugar onde se ofereçam sacrifícios, e seus alicerces devem ser restaurados. O Templo terá trinta metros de altura e trinta metros de largura. Terá três fileiras de pedras talhadas e uma fileira de madeira. A despesa correrá por conta do palácio do rei. Também os objetos de ouro e prata do Templo de Deus, retirados do Templo de Jerusalém por Nabucodonosor e trazidos para Babilônia, serão devolvidos. Desse modo, tudo voltará a seu lugar no santuário de Jerusalém, e será colocado no Templo de Deus.</p>	<p>No primeiro ano do reinado de Ciro, rei da Pérsia, Javé, cumprindo o que tinha dito por meio do profeta Jeremias, despertou a consciência de Ciro, rei da Pérsia. Este proclamou por todo o império, a viva voz e por escrito, o seguinte: "Ciro, rei da Pérsia, decreta: Javé o Deus do céu, entregou a mim todos os reinos do mundo. Ele me encarregou de construir para ele um Templo em Jerusalém, na terra de Judá. Todos os que pertencem a esse povo e vivem entre nós, podem voltar para lá. E que Javé, seu Deus, esteja com eles".</p>

¹⁴ O suposto "edito de Ciro" nos parece ser uma construção anacrônica de grupos sacerdotais, levitas, somados aos interesses dos herdeiros do rei Joaquin em controlarem, sem sair da Babilônia, a saga de um feliz retorno a Sião e edificação da arrasada e paupérrima cidade de Jerusalém. Não é difícil tão suposição, quando percebemos a ênfase ao redor da pessoa de Zorobabel, herdeiro legítimo da família real. "O retorno dos exilados é, portanto, entendido como uma "nova conquista", pelas mãos dos autores deuteronomistas. Cf. RÖMER (2008). Uma vez que parte do conteúdo do conhecido Cilindro de Ciro: "Eu [...] que todos os deuses que estabeleci em seus centros sagrados roguem diariamente a Bel e Nabu que minha vida seja longa e que intercedam por mim" ecoa nos relatos de Is 40-66... é possível perceber total favorecimento aos interesses da família real residente na Babilônia, conforme argumenta Schniedewind (2011).

A arqueologia não nos oferece nenhuma prova cabal capaz de certificar a existência de tal “Edito”, ordem real¹⁵. Cremos ser oportuno perceber que esse metafórico decreto proposto, possivelmente, seguindo os desejos e interesses da própria corte dos herdeiros de Joaquin, diga-se de passagem, bem assimilados ao ritmo dos afazeres em Babilônia, diante dos status adquirido, estavam desejosos de também usufruírem das posturas beneplácitas do novo mandatário de todo o Oriente. Não vemos dificuldades em perceber que a corte judaica optou por manter em suas próprias mãos o controle, do que podemos nomear, *projeto golah*. Não é impossível imaginar tal desejo, mediante aos esforços de grupos sacerdotais ávidos, como parte da corte, pelo retorno e reconstrução da cidade santa.

No momento, julgamos ser útil uma comparação entre as três narrativas no desejo de perceber uma exacerbada preocupação centrada na reconstrução do templo e numa rápida e eficaz retomada de uma sustentável prática sacrificial. A priori, salvo seu valor histórico, sob o edito real persa, recai um valor significativo por ser o pivô, o crivo responsável pela existência de uma forte onda de imigração rumo a Judá. Neste aspecto, oportuno destacar que os redatores bíblicos não pensavam “de modo histórico-linear, diacrônico, [...] mas de modo temático sincrônico”. Sua preocupação centra-se no puro interesse didático e no desejo de empolgar os trabalhos de reconstrução. (GERSTENBERGER, 2014, p. 19). Não há dificuldade de propor que não estamos diante de um verdadeiro relato lido pelos pioneiros no regresso a Sião.

Nosso editor, em Esd 1,1-4, parece ter baseado sua redação citando por completo os versos hebraicos de 22 a 23 de II Crônicas, para em seguida, dar seu retoque final, exaltando três fundamentais eixos que sustentarão o projeto da vida judaica em sua volta a Sião. A saber: centralidade de Jerusalém, como cidade onde habita o Deus de Israel; reconstrução do templo e o um certo clamor universal para que “todos os sobreviventes, de todo o lugar para

¹⁵ Ao final de uma exposição do prof. Claudio Balzaretto, sobre os livros de Esdras e Neemias, num desses círculos de encontros promovidos anualmente pelo Instituto Bíblico de Roma, com seus ex-alunos e convidados – perguntei ao renomado expositor sobre a historicidade do edito de Ciro. E, eis o que ele nos respondeu: “nada comprova a existência do edito por parte do rei Ciro. Mas, nós não devemos ser tão fundamentalistas, assim, na análise da literatura bíblica”.

onde tiverem imigrado” sintam-se motivados pelo retorno à cidade onde “está o Templo de Deus”. O suporte financeiro será oriundo de doações espontâneas provenientes de muitos judeus que durante os anos vividos e inculturados nas cidades babilônicas obtiveram significativos ganhos financeiros. “É provável que somente alguns dos espíritos mais arrojados e mais delicados tenham acompanhado Sasabassar” (Cf. BRIGHT, 1978, p. 491) em sua original iniciativa.

Já, a versão aramaica da narrativa de Esd 6,3-5 recebeu um caráter mais sóbrio e independente. Seu valor histórico justifica-se diante da insistência na reconstrução do Templo — citado seis vezes —, na centralidade de Jerusalém e na devolução dos artefatos retirados de seu interior na época da ocupação babilônica — e no eco que recebe em outras ações das comunidades judaicas, quando o assunto é não somente o regresso, mas a estabilidade social na província de Judá e Samaria. Há duas correspondências oficiais aos reis persas Xerxes (486-465 a.C.) e Artaxerxes (465-423 a.C.), citadas em Esd 4,8, além de outra citação ao decreto de Ciro, antecedendo às ordens de Dario e Artaxerxes logo após o término das obras responsáveis pela reinauguração e celebração da Páscoa, no ano 515 a.C. O historiador Bright (1978, p. 488-89) acena para uma ordem oral do monarca Ciro registrada nos anais da corte e que mais tarde fora divulgada por escrito ordenando todo o processo de reconstrução da província de Judá.

Outro detalhe aponta o senso comum de que tudo aconteça no modo mais rápido possível, para que se retome as práticas sacrificais no interior do templo, sem as quais torna-se inviável corresponder a quitação das taxas estipuladas pela sede imperial. Não se descarta a possibilidade de o edito exposto em Esd 6,3-5 ser uma ligeira reedição de textos encontrados nos arquivos de Ecbátana, também que o decreto exposto por Esd 6,3-5 tenha sido uma transcrição oficial de uma antiga ordem, oriunda nos círculos da corte real, e mais tarde escrita em aramaico persa.

O projeto de retorno a Sião pode ser dividido em três diferentes épocas, sob três diferentes lideranças. A primeira empreitada rumo a Sião acontece sob a liderança de Sasabassar, intitulado, pelo escriba Esdras, de “príncipe de Judá” (Esd 1,8). Estamos no ano de 537, exatamente um ano após o “edito de Ciro”. Foi durante sua atuação que os persas passam a chamar a província pelo

nome de Yehud. Se seguirmos a narrativa do cronista, esse líder foi possivelmente filho do rei Joaquim, levado ao exílio (1Cr 3,17-18). Não se sabe exatamente como foi escolhido para a missão de retornar e levar consigo os objetos do templo, recebido das próprias mãos do rei Ciro e, uma vez, já instalado em Judá, o rei lhe legitima no cargo de *pehâ* — termo que em acadiano equivale ao de governador (Esd 5,14) — e no exercício do cargo torna-se o responsável pelas fundações do “templo de Deus em Jerusalém (5,16)¹⁶. Quanto ao valor histórico dessa pioneira empreitada de retorno a Sião, há de se colocar certa dúvida, uma vez que só é referenciada por Esdras. Possivelmente seja uma dublagem redacional da pessoa e atividade de Zorobabel, mantida pelo editor final de Esdras. Outro detalhe capaz de legitimar tal deslize é que o nome de Sasabassar não é apontado em nenhum dos outros arquivos históricos.

Já a empreitada sob a liderança exercida por Zorobabel, nascido na Babilônia e, este sim, herdeiro e neto do rei Joaquim, as narrativas são mais abundantes, elucidativas e de fáceis comparações quando o assunto passa a ser compreender o investimento levado a efeito pelos membros da corte real instalada na capital Babel, no projeto de retorno a Sião, personificado nesse legítimo herdeiro real.

Ao redor da sua liderança, podemos acenar alguns destaques: Representante máximo dos grupos monarquistas exilados — Nomeado por Dario I (522-486), esse neto do rei Joaquin identifica-se com uma segunda leva de repatriados. Oportuno observar que Zorobabel é membro herdeiro da família real e isso demonstra uma preocupante estratégia da parte dos defensores da monarquia, no projeto de reconstruir a província de Judá. Seu avó que havia partido em uma segunda leva para Babilônia, anos mais tarde, passa a comer na mesa rei (2Rs 25,27-29):

No ano trinta e sete do exílio de Joaquin, rei de Judá, no dia vinte e sete do décimo segundo mês, Evil-Merodac, rei da Babilônia, no ano em que se tornou rei, concedeu anistia a Joaquin, rei de Judá, e o tirou da prisão. Tratou-o amigavelmente e

¹⁶ “Percebe-se, a partir de sutil nota informativa, em Esd 5,14-16, a tentativa de harmonizar certo ‘disfarce diplomático’ como ‘verdade’, já que foi Zorobabel quem, de fato, colocou os alicerces do Templo”... Situar Scheschbatzar (Sesabassar) como precursor de Zorobabel pode indicar o esforço de idealizar um projeto pioneiro de reconstrução em meio a obscuridades históricas da fase inicial. Cf. SCARDELAI (2012, p. 71).

concedeu-lhe um trono mais alto que o dos outros reis que estavam com ele na Babilônia... Joaquin tirou as roupas de prisioneiro e passou a comer sempre na mesa do rei.

Impensável imaginar a perda de prestígio e interesses políticos da parte da família e corte judaica durante os anos vividos no exílio. Este breve registro de ser “amigavelmente” tratado entre os palácios e repartições administrativas na capital Babel, acena a total liberdade de trânsito e integração no dia a dia da vida social palaciana, da qual Joaquin é legítimo e crucial personagem ao redor de quem se firma um sólido e convincente relato histórico que unificou os grupos fiéis à monarquia no exílio e que, mais tarde, oferecerá suporte real à empreitada de Zorobabel.

Escavações organizadas nas proximidades da encantadora porta dedicada à deusa Ishitar descobriram um arquivo, grafado em pedra, com escritas cuneiformes, onde é possível comprovar doações em espécies para o sustento do rei Joaquin e sua corte. Datados entre os anos de 595 a 570 a.C., os arquivos registram doações de óleo, rações, cevadas aos ex-prisioneiros deportados por Nabucodonosor. Nas inscrições é possível se ler claramente o nome do destinatário: *ana 'ya`ukinu sarri as yahudu*. Ainda que pese a condição de deportados, nada prova o contrário de que Joaquin e um número significativo de seus mais diretos colaboradores não passaram despercebidos na vida social babilônica e que mesmo exilado Joaquin não perdera seu título de “rei de Judá”¹⁷.

Com forte justificativa profética ao redor de seu nome — um elevado caráter propagandístico em favor da reconstrução do templo e o modo como todos os atos rumo a Judá — passam obrigatoriamente por Zorobabel, nome hebraico que no idioma acádico terá significada tradução de “semente da Babilônia”. Pelas narrativas bíblicas é possível perceber que paulatinamente

¹⁷ Cf. SCHNIEDEWIND (2006, p. 205). Nosso autor descreve a descoberta arqueológica nas escavações de 1930, onde é possível ser a cota destinada pela casa real babilônica à família real do rei Joaquin. Constata-se a doação de "6 litros de óleo para Joaquin, rei da terra de Judá, 2½ litros para os 5 príncipes de Judá e mais 4 litros para os 8 homens de Judá". É possível perceber um núcleo muito forte e consensual ao redor de Joaquin que não mede esforços em manter seus prestígios reais além de defender, em caráter de total fidelidade, as tradições religiosas antes da trágica experiência exílica. Este será a essencial tarefa de um considerado grupo de sacerdotes responsáveis na busca de um novo conceito de Javé e das tradições, já durante o exílio, e que será marcante ao regressarem a Judá.

um fluxo migratório surge entre a efervescente Babilônia e a paupérrima província de Judá. Uma das primeiras, se não a primeira iniciativa na empreitada de Zorobabel foi a de buscar reais condições para que tudo ocorra da melhor maneira possível e que esteja diretamente atrelada aos planos expansionistas da casa real persa.

O livro de Ageu soa como um oportuno “panfleto” aos desejosos pelo retorno. Sobram exaltações a Zorobabel, identificado explicitamente com o acréscimo de “filho de Salatiel” (1,1.12.14; 2,2 e 2,23). Sua cronologia acena para o período de agosto a dezembro de 520 e, somado às narrativas de Zacarias, ao redor de seu nome repousará as esperanças na reconstrução do templo. Uma forte onda de esperança se firma ao redor desse representante máximo da religião oficial e dos defensores da monarquia.

Nesse dia – oráculo o de Javé dos exércitos – eu tomarei você Zorobabel, meu servo, filho de Salatiel, oráculo de Javé – e farei de você um selo, pois você é meu escolhido – oráculo de Javé dos exércitos (Ag 2,23).

Pois quem desprezou os dias dos pequenos acontecimentos? Que eles se alegrem vendo a pedra de chumbo na mão de Zorobabel (Zc 4,10).

O que aconteceu sobre o ciclo de Zorobabel, se assim o podemos chamar, é amplamente detalhado pela narrativa de um dos escribas oficiais. Os livros de Esdras e Neemias são leituras obrigatórias e que melhores retratam este período de retorno dos exilados culminando com a reinauguração do templo no ano de 515 a.C. Na lista dos exilados rumo a Sião surge, como o primeiro da lista, e não poderia ser outro, o nome de Zorobabel, gesto esse acentuando a preferência do editor final do livro: “Regressaram com Zorobabel, Josué, Neemias, Saraías, Raelaías, Naamani, Mardoqueu, Belsã, Mesfar, Beguai, Reum e Baana” (cf. Esd 2,2; Ne 7,7).

Estimulado pelos profetas Ageu e Zacarias, Zorobabel pôs de novo mãos à obra no ano de 520 a.C e, em 515 o templo foi consagrado e aberto ao culto, evidente que sem a presença desses personagens. O novo templo levantou o ânimo da comunidade pós-exílica e em suas mentes renasceu a esperança

messiânica, que se polarizou em torno da pessoa de Zorobabel, descendente da dinastia davídica (Ag 2,23; Zc 6,12-15)¹⁸.

Um terceiro projeto de reconstrução da *golah* firma-se sobre Esdras e Neemias. Esses dois personagens irão dividir, não somente a responsabilidade pelos aspectos de infraestruturas de Jerusalém, bem como o reordenamento ético-religioso tendo como palco exclusivo a cidade de Jerusalém, entre os anos de 445 até 390, período em que supostamente atuaram na administração da província, sem jamais desviarem-se dos planos traçados pelos reis persas que cobrem o período de suas ações: Artaxerxes I (465-423) a Artaxerxes II (404 – 358).

As obras de Esdras e Neemias são textos que ajudam na compreensão do que possivelmente teria acontecido e como foi reconstruído a sociedade no período do pós-exílio, diante das insuficientes fontes históricas do período. São passagens obrigatórias, seja na trilha do ex-copeiro real, Neemias, ou nas preocupações religiosas expostas por Esdras. Em ambos os textos é relativamente fácil perceber que essas duas emblemáticas lideranças atuaram em plena sintonia aos interesses da corte. Embora os registros literários tenham sido concluídos em época posterior às datas indicadas, é possível perceber o esforço do editor final ao redor desses dois principais personagens. Optamos por não entrar numa espiral interminável sobre a datação exata e muito menos buscar compreender quais das duas lideranças teria pisado primeiro na desolada região de Yehud¹⁹.

¹⁸ "Segundo uma tradição judaica muito posterior, do século VI d.C (*Seder 'Olam Zuta*), Zorobabel retornou à sua posição proeminente na Babilônia, onde morreu e foi sepultado... evidentemente, é possível que Zorobabel simplesmente tenha preferido retornar à posição privilegiada que detinha na família real na Babilônia, em vez de permanecer na depauperada Yehud persa" (SCHNIEDEWIND, 2011, p. 220).

¹⁹ Neste aspecto, cremos ser oportuno expor os argumentos das obras de Balzaretti e Scardelai. O primeiro elaborou um volumoso comentário sobre Esdras e Neemias. Na introdução, Balzaretti sintetiza as mais convergentes e divergentes teses sobre quem teria pisado primeiro na arruinada Jerusalém. 32 – 45, onde há. Cf. BALZARETTI (1999, p. 32-45). Scardelai, no desejo de propor algumas conclusões neste interminável debate sobre qual das duas missões teriam chegado primeiro a Jerusalém, reconhece que não se deve ter como "fonte histórica" as afirmações contidas seja em Esdras ou Neemias. Mas acena alguns critérios que podem corroborar ao debate: 1) Certa clareza e unidade nos textos de Ne 1,1; 2,1 e 5,14 dá peso de Neemias ter chegado a Jerusalém no ano de 446-4, quando reinava Artaxerxes e a primeira permanência teria ocorrido entre os anos de 446 a 434, exatamente 12 anos (Ne 5,14). Uma segunda estadia, reiniciou quatro anos mais tarde, em 430 (cf. Ne 13,6ss). 2) Uma segunda parte do texto de Esd 7,7-8, justificando a chegada de Esdras em 458, isto é, treze anos antes de Neemias, em 445. 3) As invasões gregas ocorridas entre os anos 460 a 458 teriam apressado a chegada de Esdras,

Aspectos religiosos e sociais balizam as duas narrativas e são essenciais para responderem aos interesses de repovoar a província de Judá e utilizá-la como uma estratégica barreira diante das incursões militares vindas da região Sul. Cronologicamente, optamos por datar primeiro a chegada de Neemias a Jerusalém, em meados do ano de 445, na condição de governador com plenos poderes. Já, sobre a liderança religiosa de Esdras, acenamos sua chegada no ano de 390, conforme encontramos nas afirmações de Esd 7,7-8: “No sétimo ano do reinado de Artaxerxes, também voltaram para Jerusalém muitos israelitas sacerdotes, levitas, cantores, porteiros e doados. Esdras chegou a Jerusalém no quinto mês do sétimo ano do reinado de Artaxerxes”. Período promissor para a edição final do Pentateuco, base jurídica do judaísmo primitivo, e momento oportuno na declaração do monoteísmo javista.

A situação precária de Jerusalém chegou ao conhecimento de Neemias, em Babel. Com o consentimento do rei da Pérsia, Neemias viaja para Jerusalém no desejo de reconstruir a cidade e devolver-lhe sua suntuosidade do passado. Se optamos em reconhecer na narrativa o período do reinado de Artaxerxes I, estamos nos meses de março-abril do ano de 445 — teria ficado em Jerusalém por doze anos (Ne 2,1; 5,14). Após reedificar e fortalecer a cidade, voltado para Babel, no ano de 433 a.C.

Chega a Jerusalém com as credenciais do rei. Podemos pensar, com base nas narrativas que exaltam seus desejos e suas empreitadas, que o projeto de restaurar a destruída província foi possível (Ne 2,11-20). Notamos quatro momentos no projeto de Neemias:

1. Sua chegada em Jerusalém (v. 11),
2. A inspeção dos muros (vv. 12-15);

iminente representante religioso persa na região, preocupado em primeiro lugar a fortificar as estruturas físicas da cidade, para só mais tarde se debruçar sobre os cuidados da lei de Moisés. Sob qualquer das três teses pairam inúmeros argumentos contra ou a favor. Oportuno constatar os argumentos expostos por R. F. Pfeiffer, H. Cazelles, J. Bright e L. W. Batten entre outros a este, que nos parece interminável debate. Há de tudo no desejo de superar tais impasses, até mesmo a correção do texto para 37º ano e não 7º, como se lê em Esd 7.7-8. Cf. SCARDELAI (2012, p. 75-9).

3. A proposta entusiasmada apresentada aos líderes (vv.16-18);
4. Certa oposição encontrada pelos líderes da vizinhança (v.19). Oportuno analisar a origem dos nomes dos oponentes ao projeto empreendido por Neemias.

Neemias enfrentou grandes manifestações contrárias ao seu projeto de restauração. Seus principais oponentes foram os samaritanos liberados por Sambalat, juntamente com Tobias, pertencente a uma influente família amonita. Oportuno identificá-los e verificar os trabalhos finais dos editores dos livros expondo realidades que tenham existido pouco antes da expansão grega, pelas tropas de Alexandre, em meados dos anos 336 a.C.

A narrativa de Esdras segue atrelada na política de seu antecessor, Neemias. Ao percorrer os cerca de 1500 quilômetros — de Babel a Jerusalém — e entregar as credenciais reais “aos sátrapas e aos governadores da Transeufratênia, aos quais deram seu apoio ao povo e ao Templo de Deus” (cf. Esd 8,36), a autoridade delegada a Esdras foi ilimitada. Embora as narrativas não nos identifiquem de qual Artaxerxes se faz referência, se trata do I ou II, o que dificulta, em muito, a precisão histórica dos fatos, mas uma ordem real é posta nas mãos de Esdras (Esd 7,11-26) e, nela três metas são realçadas:

1. Permissão para que os judeus residentes em Babilônia regressem para Jerusalém. Usufruindo-se dos trabalhos realizados por Zorobabel, já com o templo consagrado em 515, as famílias sacerdotais regressam. O editor final não se esquivava de revelar seu total entusiasmo com a subida a Jerusalém de importantes grupos de famílias, todas elas ligadas a uma linhagem sacerdotal (cf. Esd 8);
2. Elevação da lei de Moisés à categoria de lei do Estado — obrigatória para todos. O credenciamento de Esdras e sua autoridade absoluta está centrado em seu zelo pela à Lei de Deus e na tarefa de ajustar este ordenamento jurídico à vontade da Lei do Rei. O texto insiste no equilíbrio de Esdras centrado no seu elevado conhecimento da *Torá de Moisés* e a proteção de *Javé*. Ao redor de Esdras concentram-se as funções de sacerdote e de um versado escriba (cf. Esd 7,6);
3. Várias disposições de ordem financeira, que punham generosamente à disposição de Esdras doações e coletas com a finalidade de organizar

e enriquecer o culto javista no templo de Jerusalém. A soma significativa de bens — prata, ouro, utensílios e oferendas — soma impossível de ser calculada (cf. Esd 8,25-27) — revela o nível de envolvimento e interesse da corte persa no projeto de repovoamento da região.

Esdras leu publicamente uma cópia da lei de Moisés, trazida por ele de Babel. A leitura e promulgação da lei parece ter sido usada como um bom antídoto no desejo de selar a paz entre diferentes famílias sacerdotais, que aderiram ao projeto da volta a Sião. Uma vez com os pés na terra de Sião, foi essencial certa harmonia entre os grupos sacerdotais na necessidade de encontrar forças no movimento contra grupos de samaritanos, contrários às reformas do templo. Após a leitura solene da lei, enfrentou-se o problema dos casamentos mistos (Esd 9-10), tema não solucionado em sua época e que ecoara como um dos temas mais difíceis de ser solucionado no governo de Neemias (Ne 13).

Considerações finais

Os dois séculos de domínio Persa (538 a.C. – 330 a.C.) registram uma mudança significativa na governabilidade dessa parte da V satrapia. Um modelo teocrático se impõe, diante da situação vexatória imposta ao último representante da monarquia, Joaquin. Os anos vividos longe da província de Yehud marcam um período oportuno para que castas sacerdotais, de levitas, de profetas e antigos funcionários tenham um tempo hábil para refazerem seus projetos sociais com base na leitura da Torá. De como governar, passando pelo modo de identificar mulheres e homens autorizados a fazer ou não parte da comunidade religiosa, ao culto monolátrico à divindade de nome YHWH, tudo será minuciosamente deferido ou não por grupos sacerdotais.

As narrativas históricas, os oráculos proféticos e uma considerável parte do Pentateuco começa a ser editado em meados do ano 400 a.C. Tradições irão desaparecer, outras receberão novas roupagens. Embora tudo aconteça sob os olhares atentos dos responsáveis pela manutenção da teocracia, não é impossível imaginar o surgimento de movimentos contrários diante de tal ferrenho controle.

A leitura de gênero sapiencial expõe considerável profecia. Diante da proibição dos casamentos mistos imposta na governança de Neemias (13,23-27), na visão de Cântico dos Cânticos, ocorreu uma dissonância. Não há forças que possam submeter o amor às ordens estabelecidas. Em outras palavras, o poder religioso de uma elite sacerdotal teve inúmeros meios para controlar o relacionamento social das famílias, mas não teve os mesmos instrumentos para controlar o amor entre dois jovens enamorados (Ct. 1,7; 3,1-2; 4,1-5; 6,5-7). Trata-se de construir e restaurar a tese de um povo de irmãos que não vive na servidão e muito menos oprime seus irmãos.

A teologia da retribuição receberá nos diálogos de Jó ferrenha crítica. Na apresentação do seu personagem, o narrador cria um verdadeiro *quid pro quo*. Isto é, "algo em troca de". Eis o fundamento da teologia da retribuição, eixo central do livro. O modelo da felicidade implica direções inter-relacionadas: Jó e Deus. Há um esquema que legitima tudo e todos: "Assim como a recompensa ou o castigo divino exercem influência sobre as ações de Jó, assim a conduta humana também passa a exercer influências sobre as ações divinas". As relações são apresentadas, expostas como dependentes uma da outra. Não se conhece o modo do agir divino na base da troca. O único meio de conhecer o ser Deus é agir na base de uma relação de liberdade.

Referências

ALBERTZ, R. Historia de la religion de Israel em tiempos del Antiguo Testamento. V. II. Valladolid: Trotta, 1999. p. 567-727.

BALZARETTI, C. *Esdra-Neemia: Nuova versione, introduzione e commento*. Milano: Paoline, 1999.

BRIGTH, J. *História de Israel*. São Paulo: Paulinas, 1978.

FINKELSTEIN, I. Jerusalem in the Persian (and Early Hellenistic) period and the wall of Nehemiah. *JSOT - Journal for the Study of the Old Testament*, Los Angeles, London, New Delhi and Singapore, v. 32, n. 4, p. 501-520, 2008.

FINKELSTEIN, I. *Hasmonean realities behind Ezra, Nehemiah, and Chronicles-archaeological and historical perspectives*. Atlanta: SBL PRESS, 2018.

GERSTENBERGER, E. S. *Israel no tempo dos persas: Séculos V e IV antes de Cristo*. São Paulo, Loyola, 2014.

KESSLER, R. *História social do antigo Israel*. São Paulo: Paulinas, 2009.

ROSSI, L. A. S. “A pax persica”. *Revista de Interpretação Bíblica Latino-americana*, n. 81, p. 11-19, 2019.

ROSSI, L. A. S. A Pax Persica: o contexto imperial persa. *RIBLA*, v. 81, n. 1, São Bernardo do Campo, p. 11-19, 2020.

LIPSCHITS, O. The rural economy of Judah during the Persian period and the settlement history of the district system. In: Miller, M. L. (ed). *The Economy of Ancient Judah in Its Historical Context*, 2015. p. 241.

LIVERANI, M. *Antigo Oriente: história, sociedade e economia*. São Paulo: Edusp, 2016.

RÖMER, T. *A chamada história deuteronomista: introdução sociológica, histórica e literária*. Petrópolis, Vozes, 2008. p. 177.

SCARDELAI, D. *O escriba Esdras e o judaísmo: um estudo sobre Esdras na tradição judaica*. São Paulo, Paulus, 2012.

SCHNIEDEWIND, W. M. *Como a Bíblia tornou-se um livro*. São Paulo: Loyola, 2006.

SCHNIEDEWIND, W. M. *Como a bíblia se tornou um livro*, 2011. p. 212-220.

STEINSALTZ, R. A. *The Talmud*. The steinsaltz Edition. New York: Random House, 1989. p. 28.

RECEBIDO: 29/06/2020
APROVADO: 15/07/2020

RECEIVED: 06/29/2020
APPROVED: 07/15/2020